

DICIONÁRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: um trabalho plural de reflexões e práticas sociais.

Carmem Lúcia Freitas de Castro*

Refletir sobre a necessidade de fortalecimento de Políticas Públicas, em instâncias participativas, em trabalhos em rede e colaborativos, num atual cenário em que tantas fragilidades sociais nos encaminham para quase um eremitismo, parece bastante conflitante e distante do que enfrentamos no nosso cotidiano.

Entretanto, torna-se impossível, como cidadão, perder a capacidade de lutar e de se indignar contra o que assistimos, quase que de forma passível e confortável, a esse verdadeiro campo de batalha social que nos cerca, seja presencial, quando assistimos ao vivo e em cores, bem de perto, quase ao nosso lado, sem que nossos músculos venham a se contrair de medo ou por já termos acostumado tanto e com tudo isso, seja sob a ótica da mídia, que não nos deixa, nem por um segundo, esquecer como estamos, que vivemos em um permanente combate social, moral, ético e estético.

Talvez, por isso, tenha surgido a vontade de reunir, num só volume, algumas reflexões, conceitos, pontos de vistas e ideologias sobre o que chamamos de ideais de condições e possibilidades democráticas, cidadãos e universais, que se materializam como direitos e são demandados ao Estado que os concretiza por meio de políticas públicas, para um enfrentamento a tantas condições adversas que ora se materializam. É importante ressaltar que nem sempre o atendimento a esses direitos demandados por um único sujeito ou

* Carmem Lucia Freitas de Castro Graduada em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). MBA executivo em Gestão de Instituição de Ensino Superior pela Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC). Vice-diretora da Faculdade de Políticas Públicas "Tancredo Neves", Campus Belo Horizonte, da Universidade do Estado de Minas Gerais (FaPP/CBH/UEMG).

por um grupo de sujeitos tem uma resposta afirmada e assegurada em uma norma ou uma política.

Nesse contexto, e com esse pensamento, surge um trabalho plural, a princípio merecedor de estranheza para alguns, mas que se tornou robusto na medida em que conseguiu agregar vários autores de diferentes formações acadêmicas, que em muito contribuíram não só nessa obra, mas em várias outras que construíram durante sua trajetórias pessoais e profissionais, e, que, por isso, compõem uma categoria de sujeitos crentes de que o conhecimento e a compreensão da essência das políticas públicas devem estar ao alcance de todos, para que delas possam usufruir de forma digna, solidária e cidadã.

O *Dicionário de Políticas Públicas*, desde sua concepção inicial, pretendia ser um trabalho capaz de nivelar conceitos e tornar mais visíveis temas tão instigantes para estudantes, gestores públicos, acadêmicos, pesquisadores e a população de uma forma geral, de modo que esse conhecimento possa ser utilizado como um instrumento de inclusão e emancipação democrática em sua plenitude.

114

Como dito em sua apresentação, o Dicionário não objetivou esgotar o tema, em razão de sua permanente construção e transformação, e, sobretudo, pela abundância de outros temas e os inúmeros desdobramentos de cada um dos verbetes apresentados, cuja reflexão tem significativa relevância no contexto das políticas públicas.

A partir das dimensões antropológica, econômica e política os verbetes foram elencados e associados, cada um, a um determinado autor, por sua identidade com o tema e por ser, na opinião dos organizadores, pensador capaz de transformar e solidificar conceitos, transpor limites e redirecionar interpretações, constituindo-se em saberes extremamente necessários à compreensão e à efetivação das Políticas Públicas no Brasil. Esses colaboradores tiveram ampla

e total autonomia técnico-administrativa no processo de elaboração de seus textos explicativos referentes aos verbetes que assinaram, o que corroborou os princípios que fundamentaram o trabalho, o livre pensamento e a autonomia acadêmica, como condições intrínsecas para a produção do conhecimento e a discussão desse e de qualquer outro tema, embora tivessem sido orientados a considerar, fundamentalmente, como contexto e pano de fundo, a interface, a aplicabilidade do assunto trabalhado com o tema central Política Pública.

Desta forma, o *Dicionário de Políticas Públicas* apresenta verbetes relacionados ao campo de estudos e pesquisas, organizando e sistematizando conteúdos e concepções de práticas em políticas públicas, considerando-se as transformações políticas, econômicas e socioculturais que as orientam e que nelas são constituídas para além de compromissos ideológicos específicos.

É importante, também, ressaltar que, por ser um trabalho de autores múltiplos, com formação e ideologias bastante diversificadas, obteve-se um resultado com formas, metodologias e concepções distintas, incorporando diferentes correntes interpretativas e cada uma dessas contribuições, conseqüentemente, ampliando um novo campo para a leitura da temática. Não visa à exaustão, mas à representatividade de tradicionais e novos elementos para a discussão em torno de algumas questões que sustentam ou atravessam o debate nacional acerca das políticas públicas.

No prefácio, o Prof. Dijon Moraes Junior, Reitor da Universidade do Estado de Minas Gerais, refere-se à obra como “uma reflexão rica e oportuna sobre as nossas políticas públicas e suas conseqüências para os cidadãos de Minas e do Brasil”.

E continua:

Um país como o nosso, que ainda se esforça para consolidar as políticas públicas como parte intrínseca de sua cultura social, pelo menos de forma concisa e madura, deve receber, com grande expectativa, iniciativas como essa ora empreendida [...] (MORAES, 2012).

A natureza dos 142 verbetes constantes da obra tem aspectos singulares e interessantes, já que alguns tratam de políticas em interface com os direitos, ora do indivíduo, outros de um grupo deles, ora de um estado, ora de um país, e abrangem também esferas distintas da federação, pois transitam nos poderes judiciário, legislativo e executivo, cuja tríade torna-se o pilar indispensável à constituição de um país democrático.

116

Assim, no campo das políticas constitucionalmente asseguradas, e que seriam, portanto, caracterizadas como geradoras de direitos de caráter universal e, por isso, endereçada a todos, podemos destacar verbetes como *cidadania, democracia, conselho, educação como direito social, educação superior*, dentre outros. Um considerável número de verbetes aborda a forma de regulação do estado para garantir a proteção desses direitos, entre eles citamos: *controle interno, avaliação das políticas públicas, participação, prestação de contas, ética no serviço público*. Também foi considerada, com ênfase, nesse trabalho, algumas legislações, cujo caráter inovador e a dimensão de proteção aos direitos demandados mereceram ser incluídos, ou seja, o *Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Orgânica de Assistência Social e o Sistema Único de Saúde*.

Na esfera dos poderes executivo, legislativo e judiciário, além de terem sido trabalhados individualmente, vários outros termos foram discutidos com o intuito de fornecer aos leitores uma fundamentação teórica, considerando ser um fundamento para a forma de governo na qual vivemos. Dentre essa categoria, elencamos: *partido político*,

decreto, federação, estado de direito, nação, pluralismo político. Buscou-se, também, distinguir os conceitos de público e de privado, visando um reconhecimento amplo da construção da relação sujeito - enquanto titular de direitos e de deveres, com o estado – como regulador desses direitos para que possam ser assegurados e tutelados, em todas as situações. Nessa dimensão citamos o verbete *esfera pública e privada*.

Na área da economia buscou-se distinguir alguns temas, que, por serem primários já que deles desencadeiam e dão suporte a vários outros, e que, embora de uso comum, nem sempre são corretos e integralmente compreendidos e utilizados pelos indivíduos, carecendo, por isso, de serem abordados com uma linguagem mais simples e mais usual, de forma a permitir o pleno entendimento do termo e sua aplicabilidade prática. Nessa dimensão foram tratados temas como *Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)*, *Produto Interno Bruto (PIB)*, *Coeficiente de Gini*.

117

No que concerne à dimensão antropológica abordada no *Dicionário de Políticas Públicas*, buscou-se centrar a titularidade e objetivo das políticas públicas no homem, no cidadão, como protagonista e sujeito de todas elas, seja como beneficiário, para quem o direito é assegurado, seja aquele em quem se consubstancia o dever de fazer ou não fazer em detrimento do direito do outro. Por isso foram escolhidos temas como *desejo, capacidade, gênero, identidade, moral, ética*.

Utilizando-se de uma linguagem simples, sem, entretanto, ser simplória, assumiu um caráter esclarecedor, e, assim atinge a vários outros públicos, além do inicialmente proposto, podendo alcançar a todos os interessados em entender e participar das políticas públicas como direito do cidadão.

O trabalho, que ora se apresenta, conseguiu reunir 37 autores, cujas reflexões deram uma significação muito especial ao Dicionário; e, destacamos, aqui, as considerações feitas na apresentação pelo Prof. Luis Aureliano Gama de Andrade:

O Dicionário de Políticas Públicas que ora a Universidade do Estado de Minas Gerais põe à disposição do público brasileiro logra duas realizações maiúsculas: aclara os processos decisórios, permitindo ao cidadão a transparência que a democracia requer e funciona como um ponto cardeal para futuros estudos e aprofundamento dos estudiosos e especialistas dos processos que marcam a marcha do Estado Democrático de Direito.

Ganham todos: os cidadãos que se tornam mais bem informados, os governantes e os estudiosos quando se tornam mais bem informados, os governantes e os estudiosos. Mas, sobretudo, cabe destacar, promove passo importante na marcha da consolidação da democracia entre nós. (ANDRADE, 2012).

118

REFERÊNCIAS

CASTRO, Carmem L. F.; GONTIJO, Cynthia R.B.; AMABILE, Antônio E. de N. (orgs.). **Dicionário de Políticas Públicas**. Barbacena: EdUEMG, 2012. 242p.

MORAES JUNIOR, Dijon. Prefácio. In: CASTRO, Carmem L. F.; GONTIJO, Cynthia R.B.; AMABILE, Antônio E. de N. (orgs.). **Dicionário de Políticas Públicas**. Barbacena: EdUEMG, 2012. p. 13-14.

ANDRADE, Luiz Aureliano Gama de. A essência da política. In: CASTRO, Carmem L. F.; GONTIJO, Cynthia R.B.; AMABILE, Antônio E. de N. (orgs.). **Dicionário de Políticas Públicas**. Barbacena: EdUEMG, 2012. Apresentação.

INTERSETORIALIDADE: o desafio de uma nova arquitetura de gestão em Betim

Dalvonete Aparecida dos Santos *

Darli de Souza Dias **

RESUMO

Este texto foi produzido com o objetivo de colaborar com as mais recentes discussões tecidas em torno das novas tendências de gestão pública. Essa gestão tem se voltado para buscar, cada vez mais, êxito nos resultados a serem alcançados, considerando as ações propositivas a serem adotadas nos mais diferentes setores governamentais. Como foco nesses resultados, os governos têm investido em procedimentos que visam reordenar serviços e recursos a favor dos beneficiários das políticas públicas. Relatar a experiência do processo de implantação do modelo de gestão intersetorial, do Programa de Educação Integral, no município de Betim/MG, é o objetivo do presente artigo. Procuraremos, também, apresentar os desafios ocorridos até o presente momento no que se refere à articulação das diversas políticas públicas definidas pelas secretarias executoras.

119

Palavras-chave: *Educação integral. Gestão pública Intersectorialidade.*

* - Mestre em Educação pela UninCor - Universidade Vale do Rio Verde/ Betim/MG/ Brasil. Coordenadora do Programa Escola da Gente Educação Integral de Betim/MG. dalvonete.candida@gmail.com

** - Mestre em Educação pela UninCor - Universidade Vale do Rio Verde/ Betim/MG/ Brasil. Docente e Coordenadora do Centro de Extensão, da Faculdade de Políticas Públicas "Tancredo Neves" - FaPP/ CBH/UEMG; Integrante da equipe de coordenação do Programa Escola da Gente Educação Integral de Betim/MG. darlidias@yahoo.com.br

1. APRESENTAÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seus artigos 34 e 87, prevê, progressivamente, a ampliação da jornada escolar, ao mesmo tempo em que reconhece a necessidade de se valorizar as iniciativas educativas externas à escola. Essa mudança de paradigma vem ao encontro da expectativa de ampliação do tempo de estudo no espaço formal, como o envolvimento de outras organizações que atuam junto a esta mesma comunidade, na qual a escola está inserida. Ou seja, reconhece-se a importância que as ações educativas informais adquirem na constituição do sujeito educando.

Neste panorama contemporâneo, firmam-se as proposições que regem a proposta de Educação Integral, ou seja, sairmos da visão reducionista de quantidade (educação para todos) para apostar na qualidade (educação que considere todas as dimensões humanas). Para isso, é essencial estabelecer alianças com os diversos agentes educativos que integram a sociedade, formando uma rede Estado-sociedade civil para pensar e fazer ações educativas que atendam às necessidades desse novo tempo.

É neste cenário político e institucional que, em agosto de 2009, a Prefeitura Municipal de Betim (PMB) implantou, em 10 escolas municipais, o Programa de Educação Integral intitulado “Escola da Gente”, com foco no território e na intersetorialidade. Numa política de gerenciamento intersetorial, redimensionou a matriz curricular do ensino fundamental, ofertando novas atividades das diversas áreas do conhecimento e ampliando tempo e espaço para desenvolvimento das mesmas.

Desde que foi implantado, a equipe de coordenação do Programa Escola da Gente Educação Integral teve como preocupação envolver os diferentes sujeitos e instituições que integram a rede de políticas disponíveis à comunidade betinense.

O início dos trabalhos foi desafiado por duas questões fundamentais:
i) como mobilizar essas instituições sem que elas se sentissem a serviço do setor público, ou seja, sem perderem as suas identidades;
ii) como convergir ações aparentemente independentes em ações coletivas.

2. TENDÊNCIAS NA GESTÃO PÚBLICA

A contemporaneidade, em função das grandes mudanças e transformações por que tem passado a sociedade, exige que as políticas de gestão pública adaptem-se a essa nova realidade. Isso significa integrar potencialidades, respeitando características e particularidades; adotar a intersectorialidade como princípio de gestão. O conceito de intersectorialidade rompe com a centralidade, de forma a reestruturar a máquina administrativa para alcançar maior eficácia nas ações previstas.

Pois, como afirma Junqueira,

A intersectorialidade é a articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de ações para alcançar efeito sinérgico em situações complexas visando o desenvolvimento social, superando a exclusão social. É uma nova lógica para a gestão da cidade, buscando superar a fragmentação das políticas, considerando o cidadão na sua totalidade. (JUNQUEIRA, 2005, p. 4).

A opção por uma estrutura de gestão pautada na intersectorialidade fez com que o Programa Escola da Gente Educação Integral, no município de Betim, buscasse a convergência e a integração das políticas públicas municipais e ainda estabelecesse alianças com diversos setores e instituições da sociedade para ofertar uma educação que reconhecesse e abarcasse a integralidade das crianças e adolescentes atendidos nas escolas da rede municipal de ensino.

Uma estratégia que vem sendo adotada para identificar e acompanhar a natureza dessas parcerias é a de construção de painéis de controle, baseado em fatos e dados, o que permite tomar decisões rápidas e eficazes, otimizando recursos sejam financeiros, materiais sejam humanos.

2.1. O contexto Institucional da implantação da Educação Integral

Na história da educação pública brasileira a educação integral sempre foi proposta como política estritamente de responsabilidade dos sistemas de ensino. Atualmente, valores sociopolíticos presentes na sociedade nos impõem novas práticas e novos arranjos intersetoriais na condução da política pública. Não é possível garantir educação integral sem compartilhar saberes e práticas da família, da escola e da comunidade. Não é possível garantir integralidade das crianças, adolescentes e jovens se as ações setorializadas e isoladas não cederem lugar às ações integralizadoras, multissetoriais. Nesta perspectiva, novas tendências têm sido incorporadas às políticas públicas. A educação tem dialogado com outros saberes e serviços como os de cultura, saúde, esporte de forma a construir malhas de ações, tornando ações isoladas em redes socioeducativas.

Segundo Morin (2000), mesmo que as disciplinas curriculares tenham um grau significativo de importância à medida que auxiliam no processo de construção de conhecimento, não podemos mais desconsiderar a urgência de se reconhecer e legitimar outros saberes, ampliando a rede de possibilidades de conhecimento sobre a realidade. Para ele, esse movimento envolve, também, a mobilização de diferentes linguagens ou dimensões.

No que tange às novas gerações, exige-se que a educação passe a propiciar o desenvolvimento integral e a proteção plena de crianças e adolescentes e jovens e que essa aconteça por meio de diversas e

diferentes situações de aprendizagem, ampliando, simultaneamente, a capacidade para a convivência e participação na vida pública. Desta forma, se garantirá a ampliação de repertórios de competências e habilidades, bem como o acesso e o usufruto aos serviços sociais básicos. Para isso, faz-se necessário mobilizar todos os setores, diversas instituições e diferentes agentes sociais em favor da meta pretendida: formação integral dos educandos.

2.2. Nova arquitetura da Gestão Intersetorial

Na atualidade, a intersectorialidade tem surgido como estratégia de gestão educativa mais afinada ao desafio de implementar educação integral (FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL; UNICEF, 2011).

Essa abordagem pretende compreender que a escola tem aplicado esforços significativos no exercício de sua função. Entretanto, ainda que ela alcance o máximo de sua efetividade, encontra limitações em face dos desafios educativos das novas gerações, ou seja, o desenvolvimento integral e suas implicações.

Essa ampliação da concepção de educação identifica a diversidade de espaços nos quais também é possível aprender. Nesta perspectiva, os espaços de aprendizagens são expandidos, compreendendo cada ambiente da cidade como uma possibilidade educativa: praças, Associações Comunitárias, museus, espaços públicos, comércios, *lan houses*, áreas de lazer, pontos de cultura, espaços de convivência, espaços privados (cinemas, casas de espetáculos), etc. O que implica mergulhar, reconhecer e entender os espaços e as oportunidades por eles oferecidas, de forma a atender às demandas do processo educativo.

É preciso legitimar o capital social de uma comunidade, ligando-o à capacidade e à qualidade das inter-relações dos indivíduos dela pertencente. Construir a confiança entre os sujeitos que aprendem e os que ensinam, numa relação bilateral, garantirá o desenvolvimento da rede de aprendizagens.

É precisamente isso que torna a intersetorialidade uma estratégia de gestão afinada ao caráter não divisível dos direitos. Nessa concepção, nenhum direito é maior do que outro, mas eles são complementares. Aqui não se trata de fazer escolhas daquilo que julgamos mais importante em detrimento de outros aspectos, mas o de articular, propositalmente, as políticas públicas. Trata-se, antes de tudo, de expandir ao máximo a rede de aprendizagens a partir dos interesses dos educandos e das potencialidades de seus territórios.

As demandas da contemporaneidade acenam para o desafio de avaliar os resultados alcançados. Nesse cenário, ganha-se muito com a experiência, gerando um olhar atencioso para o replanejamento como forma de garantir mudanças de estratégias e ampliação das parcerias.

Numa intencionalidade de alcance do sucesso de uma política pública intersetorial, faz-se necessário, também, o uso de instrumentos de monitoramento dos processos com o objetivo de aferir a qualidade das oportunidades educativas disponibilizadas por meio de programas ou políticas de educação integral, tornando-os elementos de articulação de três conceitos focais: eficiência, eficácia e responsabilidade social das políticas públicas.

Para tanto, o monitoramento e avaliação dos processos e ações implementadas no âmbito municipal assumem um papel crucial por servirem de balizadores para aferição do nível de qualidade alcançado pelo Programa Escola da Gente Educação Integral. Nessa perspectiva, o instrumento de avaliação, bem como a metodologia

e os processos vivenciados, estrategicamente se constituem em princípios deliberativos à promoção de proposições para um futuro planejamento estratégico intersetorial, ou seja, subsidiarão as ações projetadas para o próximo momento.

As análises reflexivas suscitadas a partir das informações geradas pelos dados da pesquisa possibilitam a aquisição de conhecimentos de cada um dos segmentos, sobre o outro e sobre si mesmo. Conhecimentos estes subsidiadores de propostas de mudança e melhoria, retroalimentadores de futuras operações. A partir das informações coletadas, almeja-se a tomada de consciência e a transformação de ações rotineiras, com destaque para o movimento de ação/reflexão/ação; sempre pautado em dados concretos e não apenas em subjetividade.

Para Perrenoud (2001), esses mecanismos de avaliação potencializam a criação de significados e a tomada de decisões, integrando o aprimoramento de ações relacionadas ao fazer cotidiano.

125

Por acreditar que a avaliação favorece o desenvolvimento da melhoria de um programa, projeto e/ou ação, e, ainda, que ela seja uma ferramenta de apoio à intervenção, o Fórum Intersetorial, juntamente com a equipe de coordenação do Programa Escola da Gente Educação Integral, de Betim/MG, propôs que fosse adotado, sistematicamente, instrumentos avaliativos, aplicados a todos os agentes envolvidos, de forma a oportunizar a construção de uma rede de percepções e perspectivas sobre o Programa.

Uma das estratégias de monitoramento utilizada pela coordenação do Programa é o acompanhamento das ações executadas pelos monitores e gestores. Essa ação é executada ao longo do ano e ocorre de forma a garantir o suporte à implementação das ações previstas no planejamento, durante o período de execução. Esta metodologia visava possibilitar, sempre que necessário, os ajustes frente ao que

foi planejado. Para a realização do monitoramento, conta-se com visitas periódicas de coordenadores de áreas de aprendizagens, de membros da equipe de coordenação geral do Programa e do Fórum Intersetorial às escolas e nos espaços onde as atividades são realizadas. Para o monitoramento, utilizam-se formulários, fichas e relatórios que são adotados por todos, sistematizados e apresentados nas reuniões mensais de avaliação e planejamento.

Periodicamente o Fórum Intersetorial, que é composto por representantes de 12 secretarias municipais, reúne-se e delibera sobre procedimentos e ações a serem implementadas com vistas a assegurar que se cumpra as metas estabelecidas no planejamento estratégico definido para aquele ano letivo.

2.3. Principais descobertas e ações propositivas

126

Em 2009, quando a proposta do Programa de Educação Integral foi apresentada aos gestores governamentais (secretários) e aos gestores das escolas, aspectos como planejar, executar, monitorar e avaliar não ganharam relevância naquele momento. Inicialmente, foi difícil construir um planejamento participativo com objetivos, metas e ações claras de cada setor do governo municipal, das escolas e de outros agentes no território. A construção foi lenta, porém, gradual.

Após três meses de trabalho intenso, o Fórum Intersetorial concluiu o planejamento para o ano de 2009. Nele se prevê metas para diversos aspectos: i) administrativo; transporte; articulação de programas; sinalização; dentre outras. A partir dessas proposições, inicia-se, então, o processo de articulação entre as políticas públicas de cada secretaria e as formas de articulá-las de acordo com as demandas emergentes em cada escola e/ou comunidade.

Ao longo dos últimos três anos, diversas adequações foram necessárias, com vistas a sanar certas fragilidades. Das alterações mais significativas, pode-se destacar:

1. criação da função do Coordenador das áreas de aprendizagens (música, artes plásticas, dança, artes marciais, esportes, informática, acompanhamento pedagógico), cuja atribuição foca-se no acompanhamento da qualidade das atividades desenvolvidas pelos profissionais. A partir deste acompanhamento, elabora-se o plano de formação contínua e em serviço para esses profissionais;

2. implantação das atividades itinerantes (culinária, espanhol, atividades circenses, grafite, cinema, fotografia). Esta estratégia visa atender às demandas apresentadas pelos adolescentes que se mostraram insatisfeitos com as atividades da matriz curricular. A dificuldade de permanecer, por um período prolongado, em uma mesma atividade é fator que interferia no índice de abandono do Programa;

3. absorção de estudantes atendidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social (Semas) no Programa de Convivência. Este Programa tem como público-alvo crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social ou assistidos pelo PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil). A organização da Semas era semelhante a do Programa Escola da Gente, ou seja, oferta de atividades e/ou oficinas no contraturno da escola regular, porém de forma isolada, sem diálogo e articulação com as políticas da educação. Ao fazer a junção dos dois projetos, otimizaram-se os recursos financeiros, materiais e humanos, rompendo-se com a concepção setorializada e buscando-se a convergência em direção às políticas transversais, multissetoriais capazes de integrar e responder a complexidade que se apresenta neste novo século. Esta complexidade exige múltiplos olhares, porém convergentes.

A opção pela intersetorialidade, como princípio da gestão do Programa Escola da Gente, tem oportunizado que o município de Betim consiga efetivar sua proposta de Educação Integral. Essa experiência trouxe avanços tanto no que se refere a implantação das Políticas Públicas quanto no grau de excelência desses serviços.

Isto porque a efetivação da Educação Integral não se restringe à ampliação do tempo escolar, mas, e principalmente, pela ampliação das redes convergindo-as em favor do desenvolvimento integral das crianças e adolescentes, reconhecendo-os não como usuários, mas sim como cidadãos de direitos.

3. CONSIDERAÇÕES

A experiência relatada, tanto no plano dos conceitos quanto no dos mecanismos utilizados, e que está em seu processo de desenvolvimento na Prefeitura Municipal de Betim, sinaliza que a arquitetura de gestão, pautada na intersectorialidade, quando bem concebida, planejada e conduzida, tem a capacidade de criar e apoiar a estrutura institucional encarregada de otimizar o plano específico de implementação do Programa Escola da Gente Educação Integral.

Hoje, o maior desafio posto ao município de Betim localiza-se na necessidade de transformar o Programa Escola da Gente, que é um Programa Intersetorial de Governo, em uma Política de Estado como forma de se garantir que não haja descontinuidade ou mesmo retrocesso nos avanços já conquistados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei 9394/96**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996.

BRONZO, Carla; VEIGA, Laura. Intersetorialidade e políticas de superação da pobreza: desafios para a prática. **Revista Serviço Social e Sociedade**. Ano XXVIII, n. 92, nov. 2007.

BULGARELLI, Reinaldo. Direitos da criança e do adolescente. In: CENPEC. **Muitos lugares para aprender**. São Paulo: CENPEC/Fundação Itaú Social/Unicef, 2003.

FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL; FUNDAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **Tendências para educação integral**. São Paulo: CENPEC/Fundação Itaú Social/Unicef, 2011.

GUARÁ, Isa M. F. R. É imprescindível educar integralmente.
Cadernos Cenpec: Educação Integral. n.2, p.15-27, 2006.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. **Articulações entre o serviço público e o cidadão.** X Congresso Internacional de CLAD sobre La reforma Del Estado y de La Administración Pública. Santiago, Chile, 18- 21 out. 2005.

MENDONÇA, Rosa Helena (org.). Educação Integral e Intersetorialidade. **TV Escola / Salto para o futuro.** Ano XIX. n. 13, out. 2009.

MINAYO, Maria C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio social. In: **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade (org.). 22 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOLL, Jaqueline. A Cidade Educadora como possibilidade – apontamentos. In: TOLEDO, Leslie; FLORES, Maria Luiza; CONZATTI, Marli. (orgs.). **Cidade educadora:** a experiência de Porto Alegre. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2004.

MORIN. Edgad. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** São Paulo: Cortez, 2000.

129

PERRENOUD, Philippe. O Trabalho sobre Habitus na Formação de Professores: Análise das práticas e tomada de consciência. In: PAQUAY, Leopold e outros.(org.). **Formando professores profissionais** - Quais Estratégias? Quais Competências? Porto Alegre: Artmed, 2001.

PIMENTA, Selma Garrido (Org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente.** 4.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

TRIOLA, Mário F. **Introdução à estatística.** 9.ed. São Paulo: LTC, 2005.

YIN, Robert K. **Estudo de caso.** Planejamento e métodos. 3. ed. São Paulo: Bookman, 2006.

